
MAQUIAVEL ENTRE O ÓDIO POPULAR E A GUERRA: CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS SOBRE A EFICÁCIA DAS FORTALEZAS

Douglas Antônio Fedel Zorzo

Resumo:

No interior de sua teoria política, Nicolau Maquiavel aborda uma problemática que julga ser essencial para a manutenção da dinâmica estatal: a questão militar. A preocupação com a arte bélica, que busca reatar os laços entre guerra e política, é testemunha de um autor que norteia sua argumentação sobre a temática marcial a partir de posicionamentos essencialmente políticos. É justamente mantendo essa perspectiva como pano de fundo que Maquiavel discute uma das questões mais proeminentes do *Cinquecento* italiano: a construção das fortalezas. Nesse sentido, nosso intuito, aqui, é o de delinear em que medida as teses políticas de Maquiavel norteiam sua compreensão acerca da eficácia dos mecanismos de fortificação. De fato, tanto em *O Príncipe* quanto nos *Discursos*, notamos que o argumento sobre a pertinência e a utilidade das fortalezas está fundado em um solo substancialmente político. Em ambas as obras, observamos que a defesa militar dos Estados está atrelada à capacidade de os governantes não serem odiados pelos governados. Assim, é precisamente nessa intersecção entre o elemento político do não-ódio e o aspecto militar da proteção armada que nosso artigo visa debruçar-se.

Palavras-chave: Maquiavel; guerra e política; pensamento militar.

Abstract:

*In the interior of his political theory, Niccolò Machiavelli approaches a problematic that he believes it is essential to maintain the dynamic of State: the military question. The concern with the military art, which seeks to reconnect the bonds between war and politics, it is witness to an author who guides his arguments on the martial theme from positions essentially political. It is precisely keeping this perspective as background that Machiavelli discussed one of the most prominent questions of the Italian Cinquecento: the building of fortresses. In this sense, our purpose here is to outline how the political theses of Machiavelli guide his understanding about the effectiveness of fortification mechanisms. In fact, either in *The Prince* or in *Discourses*, we note that the argument about the relevance and utility of fortifications is founded on a substantial political ground. In both works, we observe that the military defense of States is linked to the ability of the rulers not being hated by the governed. Thus, it is precisely at this intersection between the political element of not-hate and the military aspect of armed protection that our article seeks to address.*

Keywords: Machiavelli; War and politics; military thought.

A Filosofia Política acostumou-se a situar o pensamento de Nicolau Maquiavel como um divisor de águas. As teorias apresentadas pelo Secretário florentino durante o Renascimento italiano destoavam, em grande medida, da tradição política progressista. No entanto, muito próximo às discussões sobre a práxis governamental, Maquiavel esmerilhava uma problemática que – como julgava – era essencial para a manutenção das próprias disposições estatais: a questão militar. Sua abordagem, que buscava reatar os laços entre a guerra e a política, desvinculados enquanto consequência de uma série de acontecimentos em um período histórico que foi testemunha da autonomização dos exércitos e ascensão das tropas mercenárias, ecoou fortemente pela posteridade. De fato, a interpretação maquiaveliana da urgência e da indispensabilidade de certos recursos bélicos foi essencial à sua reflexão sobre os problemas de governo. Para o Secretário florentino, é impossível compreender a política sem considerar a latência da guerra.

Contudo, na angústia de subordinar as disposições militares ao âmbito público, descobrimos um Maquiavel que norteia sua argumentação sobre a temática marcial a partir de posicionamentos de cunho essencialmente políticos. Ou seja, se, por um lado, o discurso maquiaveliano sobre as determinações institucionais, além das recomendações ao agir político, se torna impensável sem ponderar a iminência da guerra, por outro, a proposta militar do Secretário florentino como meio para suplantar essa necessidade é atravessada por suas considerações sobre a política.

É precisamente sob o prisma de interação entre esses dois campos que Maquiavel encarava uma das questões mais proeminentes da arte militar do *Cinquecento* italiano: a construção das fortalezas. O esplendor das fortificações, reconhecidas por seus contemporâneos como verdadeiros projetos artísticos e consideradas, assim como a imprensa e a exploração além-mar, enquanto uma das poucas áreas em que os modernos conseguiam superar os antigos¹, é colocado em xeque por seus efeitos governamentais.

Desse modo, considerando que para Maquiavel é laborioso separar a utilidade das providências militares de seu impacto sobre a política doméstica dos Estados, nosso intuito, aqui, é o de delinear em que medida a dimensão política pode influenciar a compreensão maquiaveliana sobre as fortalezas. Ou seja, como buscaremos expor, o ceticismo e a crítica sobre a construção das fortificações parecem ser sustentados por

¹ Cf. HALE: 1983, p. 194.

elementos que são próprios da política. Nesse sentido, o trabalho doravante apresentado visa delinear em que medida essa concepção titubeante do Secretário florentino acerca das muralhas fortificadas está fundada, sobretudo, nos desdobramentos governamentais que são oriundos desse mecanismo de defesa. Assim, nosso escopo é o de apontar como a teoria maquiaveliana sobre as fortificações é atravessada pelos posicionamentos políticos do autor.

Porém, antes de adentrarmos na discussão, devemos considerar que a postura de Maquiavel sobre o assunto não é nem homogênea nem tampouco está concentrada em apenas uma obra. Na verdade, o argumento transita pelo conjunto de seus escritos. Desde *O Príncipe*, onde a teorização acerca da eficácia das fortificações começa a ser cultivada, até os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, onde o Secretário florentino abandona a brandura na alocação e a ocasional utilidade das fortalezas, posicionando-se incisivamente contrário ao dispositivo. Dessa forma, por uma questão metodológica, dividimos nossa exposição em dois momentos: no primeiro, abordaremos essa problemática na obra sobre os principados; no segundo, apresentaremos a acalorada discussão no trabalho sobre as repúblicas.

A questão das fortalezas em O Príncipe

A primeira apresentação sobre a problemática das fortalezas acontece no capítulo "inaugural" concernente as questões militares em *O Príncipe*. Com efeito, o capítulo X, que nominalmente visava ponderar "De que forma se devem avaliar as forças de todos os principados", é oportunamente atravessado pelas considerações acerca dos modos pelos quais os mecanismos de defesa dos Estados podem ser organizados.

Como prólogo para a questão que aqui nos tange, e como procedimento para analisar as forças de que dispõe um principado, afirma Maquiavel, devemos avaliar "se um príncipe dispõe de território suficiente [*tanto stato*] para poder governar por si mesmo ou se precisa sempre ser defendido por outro". No primeiro caso, aqueles que podem governar-se de maneira autônoma são definidos como os príncipes que "por abundância de homens ou de dinheiro, são capazes de formar um exército bem proporcionado e travar batalha com quem quer que os ataque" (MAQUIAVEL: 1998, p.

49). Ou seja, são os Estados que, pela amplitude do território, podem recrutar, treinar e organizar exércitos de modo que, diante de uma ameaça exterior, possam se impor para além de suas fronteiras para a refrega contra o inimigo que mobiliza o ataque. No segundo caso, aqueles outros, "que têm sempre necessidade de outrem", são definidos como "os que não podem enfrentar o inimigo em campanha, mas precisam refugiar-se atrás dos muros e defendê-los" (MAQUIAVEL: 1998, p. 49). Isto é, os príncipes que pelas condições territoriais e pela insuficiência de homens recrutáveis, diante de um ataque, estão impossibilitados de ir ao encontro do inimigo que os assedia.

Dessa clivagem de situações, a Maquiavel interessa analisar e postular uma resposta adequada ao problema da organização das defesas nos Estados restritos, visto que essa específica organização política não possui as condições necessárias para a composição de exércitos capazes de defender o território diante de uma incursão. Para um governo nessas circunstâncias, sustenta o Secretário florentino, "nada se pode dizer", a não ser "exortar esses príncipes a fortificarem e armarem suas próprias cidades" (MAQUIAVEL: 1998, p. 49). Portanto, nesse momento específico do raciocínio maquiaveliano, a edificação das cidadelas apresentava-se como pertinente – relevância que, como veremos, será gradativamente diminuída nos *Discursos*. Contudo, o aconselhamento para essa medida defensiva deveria pressupor algo que está muito além de sua simples efetividade militar. Nesse sentido, visualizamos não apenas a conexão entre guerra e política ser novamente estreitada, mas o próprio discurso ser orientado por razões de governo.

As fortificações apenas podem ser implantadas, com certa chance real de sucesso, em Estados onde a relação entre os súditos e o poder soberano não é desarmoniosa; isto é, onde os governantes não sejam odiados por aqueles que são governados. As providências militares dependem, dessa maneira, de deliberações políticas. Em outros termos, a possibilidade de êxito para a cidade que se sente impelida ao guarnecimento das muralhas, em razão das condições geográficas, pressupõe o estreitamento do laço entre governantes e governados. É justamente este o elemento que, incubado aqui, ressoará fortemente no capítulo XX de *O Príncipe* e perpassará pela incisiva crítica às fortificações nos *Discursos*: não ser odiado pelo próprio povo é a condição de pertinência desse mecanismo da guerra defensiva.

Desse modo, afirmava o Secretário florentino, "quem fortificar bem a sua cidade e se comportar em relação aos seus súditos do modo como foi dito acima, e como mais se dirá a seguir" – ou seja, com ações que permitam esquivar-se do ódio popular – "somente com muito temor será atacado". A razão disso, prossegue, se deve ao fato de os homens serem inimigos "de empreendimentos em que veem dificuldades", "e não pode ver facilidade em atacar alguém que tenha suas terras fortificadas e *não seja odiado pelo povo*" (MAQUIAVEL, 1998, p. 49-50, grifo nosso).

Assim, alegava laconicamente Maquiavel, um príncipe "que tem uma cidade forte e não se faz odiar [*non si facci odiare*] não pode ser atacado". Portanto, como ficará ainda mais patente nos *Discursos*, a defesa efetiva de um Estado não pode ser sintetizada à edificação das cidadelas. Com efeito, sem a benevolência popular qualquer projeto arquitetônico militar seria, não apenas completamente ineficaz diante de um assédio inimigo, mas extremamente nocivo ao próprio governo em qualquer ocasião. Um governante apenas salvaguarda sua posição enquanto consegue envolver o próprio povo na dinâmica pública. Ou, dito de outro modo, enquanto é capaz de consolidar bons fundamentos, tanto ao Estado quanto ao próprio governo, de maneira que a solidez defensiva do aparato estatal brote, não apenas das muralhas fortificadas, mas pelas mãos de seus próprios súditos.

A necessidade de manter essa relação entre príncipe e povo de maneira fluída fica, ainda, um tanto mais visível quando Maquiavel recusa o argumento da possibilidade deste vínculo ser rompido no momento em que, diante do ataque de uma potência inimiga a uma cidade sitiada em suas fronteiras fortificadas, os governados vissem suas "casas incendiadas e suas propriedades arruinadas" pelo assédio. Contra essa situação limite de abandono por parte do *populo*, o Secretário florentino replicava nas linhas finais do capítulo X que "é da natureza dos homens deixar-se cativar tanto pelos benefícios feitos como pelos recebidos" (MAQUIAVEL: 1998, p. 51). Isso significa dizer que a questão não se trata mais da capacidade do príncipe em convencer os súditos de que ele os mantém em segurança, mas – e este parece ser o aspecto nevrálgico do capítulo – que ele próprio é assegurado pelo povo.

Nesse sentido, como salienta Lefort (1972, p. 391), é relevante observarmos que a aliança entre príncipe e povo torna-se tão sólida que no mesmo instante em que ela "depende da vontade do povo, este descobre na sua liberdade uma nova dependência e

se une também devido ao apoio que oferecem ao príncipe". Destarte, insiste o intérprete francês, é essencial compreendermos que a segurança do Estado depende de uma providência política, que transforma a coação física em uma coação social, ou seja, em um sentimento de pertença à pátria que é interiorizado, "de tal modo que a obediência obtida sob a ameaça das armas é transformada em consentimento e este em obrigação".

Dessa forma, para um príncipe prudente, complementa Maquiavel, não será difícil manter "firme o ânimo de seus cidadãos antes e depois do assédio", desde que "não lhes faltem alimentos nem meios de defesa" (MAQUIAVEL: 1998, p. 51). No entanto, é indispensável notarmos, que tal conclusão, que reconhece a validade da construção das fortalezas, havia sido preparada por outra suposição, repetida oportunamente no desenrolar do capítulo: que estamos lidando com um príncipe que "não seja odiado pelo povo", com um poder que "não se faz odiar"².

A conexão entre a defesa material da cidade e o fato de que o governante não deve ser odiado pelos próprios súditos é retomada, por Maquiavel, dez capítulos adiante em *O Príncipe*. Como evidência de toda a pertinência que comporta essa relação, a questão das fortificações, agora, não está mais vinculada aos capítulos dedicados aos assuntos militares (do X ao XIV), mas justamente situado após aquele núcleo onde o Secretário florentino tratava sobre as qualidades e o *modus operandi* oportunos ao governo de um príncipe. De fato, o problema das fortificações é inserido após uma aguda discussão sobre a necessidade de o governante de evitar o ódio e o desprezo por parte dos súditos. Assim, no capítulo XX, buscando avaliar a utilidade de algumas medidas tomadas cotidianamente pelos príncipes³, Maquiavel recuperava a discussão sobre a pertinência desse recurso militar.

Tem sido o costume dos príncipes, para manter com maior tranquilidade seus Estados, "construir fortalezas que sejam o bridão e o freio [*la briglia e il freno*] dos que pretenderem opor-se a eles, além de construírem um refúgio seguro contra um ataque repentino" (MAQUIAVEL: 1998, p. 102-3). Sopesando essa deliberação, diz Maquiavel, "aprovo este método", pois "foi usado pelos antigos". No entanto, alheio ao

² A relevância deste elemento político como subjacente às considerações maquiavelianas sobre as fortificações é destacado por Hale, 1983, p. 190.

³ Com efeito, a investigação acerca das "muitas outras coisas que os príncipes fazem diariamente" compreende: armamento ou desarmamento dos súditos; manutenção do território dividido por lutas internas entre partes da cidade; fomentação de inimizades contra o próprio príncipe; conquista dos súditos que aparentam ser suspeitos ao governo instituído; além, é claro, do problema das fortificações.

seu primeiro consentimento sobre a utilidade das fortificações, baseado em um sujeito histórico – ou em sujeitos históricos – indefinido, o Secretário florentino apresentava uma série de exemplos que, se não desqualificam, nessa instância, inteiramente a efetividade das fortalezas – como acontecerá nos *Discursos* –, ao menos enfraquecem sua absoluta serventia.

Nesse sentido, ignorando o caso dos antigos, que dariam suporte à anuência, Maquiavel defronta o leitor com situações contemporâneas onde a eficácia dessas construções de defesa tática é colocada em xeque: "em nossos dias, como se viu", Niccolò Vitelli, que em 1474 fora expulso do governo de Città di Castello pelo papa Sisto IV – o qual, para assegurar o domínio recém-instituído, havia determinado a construção de duas fortalezas –, ao retornar à cidade em 1484, "para manter aquele estado", ordenou que as destruíssem. Guido Ubaldo, duque de Urbino, ao retornar aos seus domínios depois de ter sido expulso por Cesar Bórgia em sua campanha de conquista da Romanha, "demoliu desde os alicerces todas as fortalezas daquela província, julgado ser mais difícil perder, sem elas, o seu domínio". Os Bentivoglio, de volta a Bolonha, "tomaram decisões semelhantes" (MAQUIAVEL: 1998, p. 103), destruindo a fortaleza de porta Galliera, construída por Júlio II após a conquista da cidade em 1506.

As fortalezas, portanto, possuem um aspecto ambivalente. Se, por um lado, são aprovadas por terem servido, de algum modo não específico, aos antigos, por outro, são contestadas pelas lições contemporâneas. Afinal, conforme afirma o Secretário florentino, as fortificações "são úteis ou não segundo os tempos: se, por um lado, te são proveitosas, por outro te fazem mal". Na verdade, esse ponto pode ser esclarecido do seguinte modo: "o príncipe que tiver mais medo do povo que dos estrangeiros deverá construir fortalezas; mas o que tiver mais medo de estrangeiros do que do povo deverá deixá-las de lado". Ora, a recomendação e aprovação para a construção das fortificações é agora restringida, limitando-se àqueles príncipes que visam refugiar-se do ódio popular.

Entretanto, considerando a argumentação pregressa em *O Príncipe*, onde o distanciamento desse sentimento revelava-se crucial à manutenção do governante, inclusive como condição *sine qua non* para um número restrito de casos onde as fortificações poderiam ser minimamente adequadas (além dessa tese que seria

aprimorada nos *Discursos*), a afirmação maquiaveliana soa quase que irônica. Enfim, a síntese do discurso é logo convertida em uma regra geral da ação política: "a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo" ["*la migliore fortezza che sia, è non essere odiato dal popolo*"].

Com isso, notamos a efetividade militar das fortificações sofrer uma decisiva redução, pois o Estado que teme um inimigo externo, mas que conta com o apoio do próprio povo, é capaz de dispensá-las. O problema, afinal, redundava em uma questão política: a utilidade das fortificações é depositária da ineficiência de governo de um Estado. São convenientes apenas nas cidades onde a relação entre governantes e governados está desgastada ao ponto de o príncipe temer mais seus conterrâneos do que uma potência estrangeira. Contudo, como Maquiavel frequentemente nos recorda, nenhum dispositivo defensivo é capaz de substituir o lugar que o *popolo* ocupa na dinâmica de governo. Ou, apenas a benevolência popular confere segurança e estabilidade ao poder soberano, e não as muralhas fortificadas.

Embora a argumentação maquiaveliana tenha deixado entrever uma dupla possibilidade acerca de essa conveniência variar *secondo e' tempi*, no final das contas, aquilo que realmente deveria ser compreendido pelo homem de governo era a necessidade de furtar-se do desprezo e do ódio de seus súditos. Destarte, no opúsculo, o Secretário florentino limitava-se em censurar os príncipes que, fiando-se nas muralhas, ignorassem e fomentassem o ódio dos governados, pois "reprovarei quem quer que, confiando nas fortalezas, pouco se preocupar por ser odiado pelo povo". A construção das fortalezas, alheia aos propósitos militares, encontrava um encalhe político: se tens um povo complacente, são desnecessárias – e danosas!, como será exposto na obra sobre as repúblicas; se tens um povo como inimigo, podem ser úteis, mas apenas enquanto medida paliativa para um Estado em iminência de ruína.

A questão das fortalezas nos *Discursos*

A questão das *fortezze* volta a ser o elemento central da investigação maquiaveliana no capítulo 24 do Livro II dos *Discursos*, intitulado com a assertiva de que "As fortalezas geralmente são muito mais danosas que úteis" (MAQUIAVEL: 2007, p. 269). O tratamento, aqui, é reassumido em termos políticos e psicológicos. Em suma,

agora o foco do argumento será justamente os efeitos causados pela edificação dessas muralhas, ou seja, as consequências políticas que um Estado fortificado está sujeito e a influência que exercem no modo de governo do poder soberano. Se em *O Príncipe* a utilidade desses artifícios defensivos dependia, de certo modo, das circunstâncias em que eram utilizados, agora a exposição assume tonalidades dramáticas, porquanto "as fortalezas de nada servem, porque são perdidas por traição de quem as guarda, ou pela violência de quem as ataca, ou pela fome" (MAQUIAVEL: 2007, p. 272). Se no opúsculo o Secretário florentino não havia sido dogmático sobre as desvantagens das fortificações, como aponta Hale (1983, p. 191), neste instante "existe um inflexível preconceito" contra elas.

Assim, afirma Maquiavel, pode parecer insensato aos "sábios de nossos tempos [*savi de' nostri tempi*]" que os romanos, para defender-se dos povos de Lácio e de Piverno, "nunca pensaram em edificar nenhuma fortaleza que servisse de freio para mantê-los fiéis". É justamente com este norte, buscando desembaraçar a opinião desses "nossos sábios"⁴, que consideravam como necessário envolver em muralhas as cidades submetidas à Florença – como Pisa – que o capítulo é estruturado. Roma, contrariando o anseio de seus compatriotas florentinos, "enquanto viveu livre", "observando suas ordenações e virtuosas constituições", nunca edificou "fortalezas para cercar cidades ou províncias", limitando-se, apenas, em conservar algumas nas cidades recém-conquistadas. Nesse sentido, prossegue, por um lado observando o "procedimento dos romanos nessa questão", e, por outro, a "dos príncipes de nosso tempo [*principi de' nostri tempi*]", "parece-me que cabe considerar se é bom edificar fortalezas e se elas causam dano ou são de utilidade a quem as edifica" (MAQUIAVEL: 2007, p. 270).

Como ponto de partida, Maquiavel retoma uma distinção análoga àquela apresentada em *O Príncipe* acerca dos motivos que impelem os Estados a fortificarem

⁴ O novo estilo de fortificação abaluartada [*bastioned fortification*], projetada para responder e fazer uso da comprovadamente eficaz artilharia, foi, em grande medida, um desenvolvimento italiano e tornou-se uma aclamada ortodoxia na década de 1530. Geometricamente baseada, dependia da inteligência do arquiteto-engenheiro pois a "*forma*" era agora mais importante que a "*materia*". Não simplesmente utilitária, foi vista como uma arte em seu direito próprio. Como a imprensa e a exploração além-mar, foi considerada como uma das poucas áreas em que os modernos ultrapassaram os antigos, fazendo os trabalhos dos séculos XIV e XV parecerem grosseiramente desatualizados. E o interesse de meados do século XVI de reformar as fortificações, ou fundá-las "*alla moderna*", foi aumentado por uma crescente literatura promocional (HALE, 1983, p. 194).

seus domínios⁵. No entanto, as consequências dessa diferenciação conduzem o argumento maquiaveliano para um caminho ainda inexplorado. De fato, em *O Príncipe*, testemunhávamos apenas breves nuances da discussão que aqui seria pormenorizada.

Destoando de seu posicionamento pregresso, onde o ensejo para a eventual utilidade das fortificações, enquanto meio para assegurar e proteger o poder soberano da ira popular, ainda aparecia como uma alternativa viável, nos *Discursos* este recurso não é apenas desqualificado enquanto uma saída plausível – certamente, caso não a consideremos como irônica em *O Príncipe* –, mas recriminada como corrosiva e fatal ao organismo político. Devemos considerar, portanto, como "são feitas as fortalezas", se "para defenderem dos inimigos ou para defenderem dos súditos". No primeiro caso, como já havia chegado à mesma conclusão no opúsculo, "não são necessárias"; contudo, no segundo, não apenas são prescindíveis, mas "danosas".

A nocividade dessas fortificações é fruto de um processo que encontra sua causa precisamente naquela mesma desconsideração dos governantes pelo apoio popular. A premissa de que a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo, enfim, reverbera com maior vigor. Pois, afirma Maquiavel, "se o príncipe ou a república tem medo dos seus súditos e da rebelião deles", ao ponto de buscar proteção, "é mister que tal *medo provenha do ódio* que os súditos têm por eles", ou seja, "ódio de sua má conduta [*da' mali suoi portamenti*]".

As más condutas, por seu turno, como resultado da negligência política, podem ser provenientes tanto de uma crença por parte do governante de que pode conter os governados através da força, como da pouca prudência com a qual rege o Estado. Entretanto, uma das raízes dessa convicção de que os súditos, ou os cidadãos, podem ser governados através da constrição pela força é, justamente, o fato de a cidade possuir muralhas fortificadas: "porque o mau tratamento, que é a razão do ódio, nasce em boa parte do fato de aquele príncipe ou aquela república ter fortalezas". Logo, completa o Secretário florentino, "em sendo isso verdade, elas são muito mais nocivas que úteis". Assim, se por um lado as fortificações "te tornam mais audaz e mais violento com os súditos", explicitando a dominação a qual estão submetidos e fomentando aquele sentimento cáustico ao organismo político, por outro, dentro delas, "não há toda aquela

⁵ Recordemos brevemente: "o príncipe que tiver mais medo do povo que dos estrangeiros deverá construir fortalezas; mas o que tiver mais medo de estrangeiros que do povo deverá deixá-las de lado" (*O Príncipe*, XX, p. 103).

segurança que acredita haver: porque todas as forças e todas as violências usadas para conter um povo nada são [...]" (MAQUIAVEL: 2007, p. 270).

Nessa instância, Maquiavel volta a explicitar a relação que já permeava *O Príncipe*: a única maneira de um Estado prover-se de mecanismos militares é através de uma justa compreensão das disposições políticas. Ou seja, de acordo com Lefort (1972, p. 566), ao denunciar a ilusão de segurança que as fortalezas propiciam, o Secretário florentino convida seu leitor a reunir sob um mesmo olhar a política militar do Estado e a do poder. É apenas na relação instituída entre governantes e governados que a defesa de toda a coletividade pode ser fundada. As fortificações, então, ineficazes do ponto de vista militar e extremamente nocivas sob a perspectiva política, não são capazes de suprir o descompasso e o descaso do poder soberano diante de seus súditos ou cidadãos.

Certamente, não é possível existir um abrigo do qual "nenhum inimigo, do interior ou exterior" possa desalojá-lo (LEFORT, 1972, p. 566). As fortalezas, ao tornarem visível a dominação, "faz com que se cristalice o *ódio dos homens*", evidenciando tanto o risco da política de exclusão do povo na dinâmica do poder, como o abandono do príncipe sob esse aparelho de coerção. Portanto, considerando esse impacto inexoravelmente negativo da construção das fortificações, pondera Maquiavel, "um príncipe sábio e bondoso, para não dar a seus filhos razão nem ousadia de se tornarem malvados, jamais construirá fortalezas", para que desse modo aqueles não fundem seu governo nesse artefato, "mas sim na benevolência dos homens [*benivolenza degli uomini*]" (MAQUIAVEL: 2007, p. 271).

Isto posto, sintetiza o Secretário florentino, "tu, príncipes, ou queres com tais fortalezas conter o povo da tua cidade, ou tu, príncipe ou república, queres conter uma cidade ocupada na guerra". E, ainda mais enfático, acrescenta que "aqui dirijo-me ao príncipe dizendo-lhe que, para conter seus cidadãos, nada há mais inútil que a fortaleza", pois "ela te torna mais pronto e menos cauteloso" em oprimir os governados. Essa opressão, insuportável aos olhos dos súditos e dos cidadãos, "torna-os tão predispostos a arruinar-te, inflama-os de tal modo, que a fortaleza, razão da opressão, não pode depois defender-te" ((MAQUIAVEL: 2007, p. 271). Então, enfim a advertência da nocividade desse recurso – enquanto *cagione* da opressão – encontra em alguns eventos pragmáticos, ainda muito recentes e vívidos na memória dos contemporâneos ao *Cinquecento*, a expressão para corroborar a tese maquiaveliana.

Em primeiro lugar, Francesco Sforza, que havia sido reputado sábio ao consolidar-se como duque de Milão, colocou toda a razoabilidade de seu governo em suspense ao construir uma praça forte na cidade recém-conquistada, visto que "os resultados demonstraram que tal fortaleza foi danosa e não deu segurança a seus herdeiros" (MAQUIAVEL: 2007, p. 272). Os descendentes do duque, ao fundamentarem seu modo de governo naquela estrutura bélica criada por Francesco, "julgaram que, graças a ela, viveriam seguros e poderiam ofender seus cidadãos e súditos", não poupando "nenhuma espécie de violência". Dessa forma, prossegue Maquiavel, "tornando-se sobremodo odiosos, perderam aquele estado tão logo o inimigo os atacou: e aquela fortaleza não os defendeu nem teve utilidade alguma na guerra, e na paz lhe havia causado muitos danos" (MAQUIAVEL: 2007, p. 272).

Ao perpetrarem toda espécie de violência sobre o povo, a aparente segurança propiciada pelo castelo sforzesco revelava sua face ilusória. Aliás, sem esse aparelho de coerção, caso fossem vitimados por uma "pouca prudência", tratando mal "seus cidadãos", "teriam descoberto o perigo mais cedo e teriam voltado atrás". Logo, a estirpe iniciada com Francesco Sforza em Milão poderia ter se conservado com maior estabilidade caso possuíssem os "súditos amigos" e "sem fortalezas" do que "súditos inimigos e fortaleza". Em outras palavras, sem a segurança quimérica propiciada pela fortificação, os Sforza teriam descoberto prematuramente as más condutas; e, com súditos amigáveis e com a benevolência do próprio povo, teriam sido capazes de criar uma espirituosa resistência diante de qualquer investida.

Em contrapartida, o duque de Urbino, Guido Ubaldo de Montefeltro, ao retornar ao seu território em outubro de 1502 após a dieta em Magione, de onde havia sido despojado em junho do mesmo ano por César Bórgia, e sendo novamente forçado a abandonar seus domínios, optou por abater as fortalezas de Gubbio e de Peregola: "quando depois, por um acontecimento que surgiu, retornou ao estado, mandou derrubar todas as fortalezas que havia naquela província, por considerá-las danosas". A razão disso, explica Maquiavel, residia no fato de que sendo ele "amado pelos homens, não precisava delas para contê-los". Além disso, "no que tange aos inimigos, sabia que não as podia defender, por precisar de um exército em campanha para defendê-las", assim, "decidiu derrubá-las" (MAQUIAVEL: 2007, p. 273).

A conduta errônea do papa Júlio em relação ao domínio recentemente conquistado em Bolonha também reforçava a tese maquiaveliana. O sumo pontífice, após expulsar os Bentivogli da cidade em 1506, ordenou a construção da fortaleza de Porta Galliera e, com isso, "mandou um de seus governadores maltratar aquele povo: de tal modo que o povo se rebelou, e ele logo perdeu a fortaleza" (MAQUIAVEL: 2007, p. 273). De fato, seu mau governo, como é aqui afirmado, provocou uma revolta em 1511, restituindo temporariamente a cidade aos Bentivogli.

Com o exemplo de Niccolò Vitelli, senhor de Città di Castelo, visualizamos a importância da *estima popular* ser novamente destacada. Após ser expulso de seu Estado pelo papa Sisto IV em 1474, mas retornando ao poder com a ajuda dos florentinos em 1482, Niccolò conseguiu frustrar as tentativas do papa de caçá-lo mais uma vez, justamente graças ao apoio de seus súditos. Por isso, "ao voltar do exílio à pátria, logo derrubou duas fortalezas que haviam sido construídas pelo papa Sisto IV, considerando que se manteria naquele estado graças à benevolência popular [*benivolenza del popolo*], e não à fortaleza" (MAQUIAVEL: 2007, p. 273).

Nesse sentido, Maquiavel apresentava um exemplo ainda mais notável, onde ficava evidente a "inutilidade de construir e a utilidade de destruir fortalezas": o caso de Gênova. Luís XII, rei da França, após ver essa cidade rebelar-se contra seu domínio, precisou empregar "todas as suas forças para reconquistá-la". Ao recuperá-la, "construiu uma fortaleza, a mais forte de todas as outras de que até o presente se teve notícia", pois "pelo lugar e por todas as outras circunstâncias, era inexpugnável", uma vez que havia sido edificada "sobre o topo de uma colina que se estende até o mar e é chamada de Codefà pelos genoveses". Porém, em 1512, com a expulsão dos franceses da península itálica, Gênova, apesar da fortaleza, rebelou-se, com o Estado sendo tomado por Ottaviano Fregoso. Este, alheio aos aconselhamentos de que aquela estrutura deveria ser conservada como refúgio diante de qualquer eventualidade e, por isso, "sendo homem prudentíssimo", julgando que "não são as fortalezas, mas sim a vontade dos homens que mantém os príncipes no estado, derrubou-a" (MAQUIAVEL: 2007, p. 274).

Portanto, nem mesmo a mais sólida fortificação, inexpugnável do ponto de vista arquitetônico e militar, é capaz de contornar e compensar o desprezo fomentado pelos súditos. O equívoco de Luís XII – e não só dele, vale notarmos, mas de todos os governantes em situação similar –, estava em supor que a invencibilidade de sua

fortaleza coadunava com a estabilidade de seu governo. Ora, para Maquiavel a política é um terreno movediço, tomado por incertezas, e uma das maneiras de assegurar alguma solidez é através do envolvimento popular na dinâmica estatal. Fregoso, por seu turno, ao submeter Gênova e dismantelar aquela fortificação, priorizando a *volontà degli uomini*, havia compreendido uma valiosa lição da práxis política: a segurança de um governo não pode ser fundada em fortificações, "mas sim na virtù e na prudência". Destarte, ratifica Maquiavel, "concluo [...] que para defender a própria pátria, as fortalezas são danosas; e, para defender as cidades conquistadas, as fortalezas são inúteis" (MAQUIAVEL: 2007, p. 275).

Finalmente, distanciando-se dos inúmeros casos onde as fortificações apresentaram-se malogradas no propósito de salvaguardar a estabilidade estatal, Maquiavel colocava em debate o episódio de Tarento, antigamente, e o de Brescia, nos tempos modernos, que conseguiram se recuperar da rebelião dos súditos graças ao auxílio daquele aparato. Ou seja, pergunta-se nesse instante Maquiavel, sob quais condições as fortalezas se revelam eficazes e cumprem sua função primária – seja ela protegendo o Estado de investidas externas, ou blindando o governo de sublevações populares? Para responder a essa questão, o Secretário florentino colocava em paralelo, pela primeira vez, a eficácia das cidadelas com a questão dos exércitos. Em ambos os casos doravante analisados, para que o sucesso dessas construções pudesse vir à tona, havia sido necessário contar com tropas armadas a serviço do Estado.

Para a recuperação de Tarento, por exemplo, os romanos precisaram enviar "Fábio Máximo com todo um exército", que, por si só, "teria sido capaz de recuperar a cidade mesmo que não houvesse fortaleza" (MAQUIAVEL: 2007, p. 275). A retomada de Brescia, por sua vez, foi o resultado de uma rara ocasião: por um lado, a fortaleza havia permanecido nas mãos dos franceses durante a revolta, e, por outro, havia um destacamento do exército francês nas proximidades, visto que o "senhor de Fois, comandante do rei, estava com seu exército em Bolonha" (MAQUIAVEL: 2007, p. 276). Desse modo, assim que noticiada a queda de Brescia, o comandante "sem demora rumou para lá, e três dias depois de chegar", reassumiu a cidade por meio da fortificação. Para ser útil, portanto, aquela estrutura demandou a presença de uma forte guarnição francesa, conquanto, por si próprio, jamais teria sido capaz de restituir o governo e a estabilidade do Estado.

É propriamente da exigência dos exércitos como condição para o sucesso das muralhas fortificadas que surge a delicada interação entre os dispositivos militares: as fortificações, para a defesa contra inimigos externos, "não são necessárias aos povos e aos reinos que têm bons exércitos"; por outro lado, aos Estados que não possuem "bons exércitos", elas "são inúteis, porque bons exércitos sem fortalezas são suficientes para a defesa", entretanto, "fortalezas sem bons exércitos não defendem ninguém" (MAQUIAVEL: 2007, p. 276). Os exércitos adequadamente organizados são, portanto, imprescindíveis. Contudo, uma boa milícia apenas pode ser formada no local onde os cidadãos, ou súditos, não tenham aversão àquele que os governa.

Portanto, finalizava Maquiavel, o príncipe que pode constituir um bom exército, pode perfeitamente fazê-lo sem a construção das fortalezas, por não temer nem ao próprio povo nem aos inimigos. Por outro lado, ao governante que não dispõe de um bom exército, ponderava em um tom melancólico, "não deve construí-las", mas "guarnecer bem a cidade onde mora, mantê-la bem abastecida, com cidadãos bem dispostos" a apoiar as resoluções governamentais e, com isso, "resistir a um ataque inimigo até que um acordo ou uma ajuda externa venha libertá-los" (MAQUIAVEL: 2007, p. 277).

Considerações finais

Dessa forma, em mais um episódio irônico da vida de Maquiavel, o futuro chanceler dos *Cinque provveditori della mura della città di Firenze*⁶, responsável, justamente, por avaliar as condições das fortificações florentinas, havia decidido que esse recurso era desnecessário diante dos inimigos e injurioso contra seus próprios súditos. Contudo, seu incisivo posicionamento sobre as fortalezas, até certo ponto reconhecido pelos compatriotas, não foi nem empecilho para o desempenho de sua função junto à recém-criada magistratura, nem impediu a construção da Fortezza da'

⁶ Sobre a função exercida por Maquiavel a cargo do *Cinque provveditori delle mura della città di Firenze* cf. "Provvisione per la istituzione dell'ufficio de' cinque provveditori delle mura della città di Firenze" (p. 727-728). Sobre a situação defensiva das muralhas florentinas, cf. o relatório de 1526, norteado pelos comentários do engenheiro militar Pietro Navarra, "Relazione di una visita fatta per fortificare Firenze" (p. 721-726).

Basso⁷ e o revigoramento da fortaleza de San Miniato em solo florentino. De fato, a evolução do Estado moderno seria testemunha da revolução militar defensiva. A guerra, já a partir de meados do século XVI, como sublinha Jesus Castillo Vegas (2009, p. 151), seria feita cada vez mais defensiva e o assédio e a defesa das cidades, decisivos. O acerto de Maquiavel, nessa situação, teria sido apenas a compreensão de que essa atividade deveria, em essência, ser desenvolvida pelos Estados, e não pelos senhores privados.

Apesar disto, com grande perspicácia, Maquiavel havia encaminhado sua análise desse mecanismo defensivo contracorrente aos seus contemporâneos. Se a efervescência política, tanto teórica quanto prática, tinha sido uma marca do Cinquecento italiano, a reestruturação da concepção das fortalezas também havia sinalizado um marco na história da arquitetura militar. Porém, como foi nosso propósito aqui delinear, a crítica maquiaveliana foi depositária das teorias políticas desenvolvidas pelo Secretário florentino. Ao destacar a nocividade que essas estruturas acarretavam à coletividade, aquilo que estava em questão não era apenas a efetividade militar. Mas, na verdade, a fragilidade política dos Estados que as fortificações buscavam maquiavar. Logo, ao basear a segurança estatal em edifícios guarnecidos, o papel que o povo desempenhava na dinâmica do governo não apenas era drasticamente diminuído, mas convertido em algo potencialmente nefasto à conjuntura política.

De fato, as fortificações, se erigidas como dispositivo para frear o ânimo popular, apenas demonstram a fragilidade do Estado e a incompreensão política dos governantes. Para Maquiavel, a verdadeira segurança de uma cidade não está em projetos arquitetônicos concebidos para controlar e reprimir os ânimos efervescentes dos governados. Ao contrário, a estabilidade estatal reside justamente na benevolência do povo para com aquele que os guia nos assuntos governamentais. Benevolência que, como Maquiavel pondera em diversos momentos, não pode ser firmada pelo exercício

⁷ O bispo Gian Girolamo Rossi descreve uma anedota que frisa o contraste entre a visão de Maquiavel e as inclinações políticas do tempo. O bispo, ao reunir-se com o Papa Clemente VII, por volta do final de 1531, encontrou-o lendo o capítulo 24 do Livro II dos *Discursos*. Segundo Rossi, o Sumo pontífice "deu uma gargalhada, e disse 'Olhe para esse canalha [*scoundrel*] e a boa maneira com a qual ele gostaria de me dissuadir de construir fortalezas em Florença. Mas ele não terá sucesso'" (FIRPO, Luigi. "Le origini dell'Anti-Machiavellismo". In: *Il Pensiero Politico* (special fascicle, 1969) p. 37. *apud* HALE, 1983, p. 195). Assim, três anos mais tarde, depois do atrasado causado, ao menos em parte, pelas dúvidas expressadas por Maquiavel e sua "boa maneira", a Fortezza da Basso começava a ser construída entre os muros da cidade pelo duque Alessandro.

constante de uma violência desmedida. Ora, se as fortalezas são essa figura emblemática da violência, que sob esse aparelho de coerção se torna incessante aos olhos dos súditos, tornando explícita a dominação e cristalizando o ódio na relação governante-governado, então qualquer espécie de benevolência é inacessível, ou quiçá até mesmo impensável.

Além disso, as muralhas não são capazes, sob hipótese alguma, de suplantar a existência dos exércitos nacionais. Se o Estado dispõe desse artifício bélico, então medidas de defesa fortificada são inúteis, como afirma o Secretário florentino. Se o Estado se recusa, ou não se apercebe da indispensabilidade do elemento armado, então a fragilidade do conjunto político é novamente exposta: por um lado, as fortalezas cederão a qualquer ataque razoavelmente ordenado, seja por pressão externa, ou pela coação interna dos próprios governados; por outro, a cidade sem exército demonstra a renúncia em confiar em seu próprio povo para a defesa armada de seus interesses. Em ambos os casos, a ruína torna-se evidente.

Referências Bibliográficas

- HALE, John R. To fortify or not fortify? Machiavelli's contribution to a Renaissance debate. In: HALE, John R. Renaissance War Studies, London, 1983, p. 189-210.
- LEFORT, Claude. Le Travail de L'Oeuvre: Machiaveli. Paris: Gallimard, 1972.
- MACHIAVELLI, Niccolò. Opere. Org. Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997.
- MAQUIAVEL, Nicolau. Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VEGAS, Jesus Castillo. Ciudadanía y milicia en el republicanismo florentino. In: Tópicos: Revista de Filosofía, nº 37, 2009, p. 135-160.